

Banqueiros acusam o Governo

ECONOMIA
RUY VIEGA
Brasil

Correspondente 6 MAR 1983

São Paulo — A causa das dificuldades econômicas pelas quais o País está passando, seja no balanço de pagamentos, seja na inflação, no custo do dinheiro ou no nível de empregos tem por raiz básica o déficit governamental. Um déficit que é provocado pela presença do estado na economia. Presença que pode ser direta: atuação das empresas estatais ou indireta: subsídios e incentivos. O déficit e a presença do Estado são formas de eliminação do livre mercado e um desestímulo à iniciativa privada.

Estes conceitos fazem parte do raciocínio do empresário Roberto Konder Bornhausen, presidente do Unibanco e futuro presidente das duas Federações de bancos a nível nacional: Febraban e Fenaban, onde assumirá no dia 18 de março, unificando as diretorias, até hoje separadas, das duas entidades.

"A atuação do Estado na economia tem por objetivo o financiamento próprio para manter suas atividades em dia. O que não significa que estas atividades necessitem desse autofinanciamento. O Estado, quando atua na economia, procura em geral três mecanismos de financiamento: contracção de empréstimos externos, emissão de ORTNs e outros papéis e por emissão de moeda, que provoca uma forte expansão da base monetária, principal motor do processo inflacionário", explica Bornhausen.

Bornhausen assinala que tais formas de financiamentos se tornam necessárias ao Governo devido à sua indevida intromissão no processo econômico. Para o banqueiro, é muito mais por intromissão indevida que o Governo gasta, do que pelo cumprimento de seu papel regulador e organizador da sociedade e do cumprimento de suas obrigações básicas: educação, saúde, habitação, etc.

Na opinião desse empresário, "o melhor governo é o menor governo". O crescimento do Estado, segundo ele, gerou uma série de distorções no processo econômico, principalmente, mas também no aspecto político e social. Um exemplo disso é a existência no Brasil de três orçamentos distintos: fiscal, monetário, e das estatais, que pelo fato de não estarem unificados dificultam o controle e permitem manipulações, que geram novas distorções e vícios. Entretanto, Bornhausen não considera priori-

tário que os orçamentos sejam unificados: "Seria melhor e mais prático, mas com o que se tem hoje há condições de controle, mas elas precisam ser colocadas em prática para evitar a desregulagem do sistema financeiro oficial".

ENDIVIDAMENTO

Outro problema identificado por Bornhausen é o endividamento interno do Governo. Esse procedimento usual do Governo, gera duas consequências graves, que estão sendo muito discutidas na política econômica:

1 — Uma pressão de demanda que contribui para o crescimento das taxas de juros internas.

2 — A existência de um custo financeiro alto, que torna o déficit público elevado em relação ao PIB, em termos dos próprios custos financeiros.

"O produto final desse endividamento é o processo de participação na quebra de um grande número de empresas", afirma.

Quanto ao endividamento externo, o empresário considera que os quatro projetos financeiros internacionais que o Brasil desenvolve serão inteiramente fechados (os projetos 1 e 2 já foram concluídos, embora haja quem fale na necessidade de uma ampliação). No entanto, é sua opinião que as autoridades econômicas fossem mais ousadas quanto ao pacote externo em termos de prazos". Acho que os prazos estão curtos. Um ano somente não solucionará nossos problemas, uma vez que esperamos uma recuperação da economia somente em três ou quatro anos. Uma alternativa plausível seria um casamento com o pacote do FMI, de três anos".

Sobre o pacote 4, (linhas de Money Marketing), Bornhausen considera que deve estar havendo uma certa dificuldade de manejo por parte das autoridades econômicas. Seu ponto de vista é que os quatro projetos formam um todo indivisível, mas o projeto de número 4 não está tão bem elaborado como os demais.

"O projeto 4 não é somente um problema de excedente de caixa, como está sendo dito, há outras implicações, porque não poderemos saldá-lo nem em 24 horas (Overnight) nem em oito anos. Não temos como. A curto prazo não poderemos solucionar. Por isso acho que o projeto 4 deveria ser revisto em sua formulação, de modo a que o tornasse mais flexível, permitindo que os bancos internacionais, que conhecem nossas dificuldades, aceitem

alargar os prazos das linhas de crédito interbancárias, com dinheiro fluindo".

9 6 MAR 83
MAXIDESVALORIZAÇÃO

"A maxidesvalorização terá necessariamente uma influência direta na balança comercial. Não posso precisar se o superávit pretendido — seis bilhões de dólares — para este ano, será atingido. Afinal isto não depende exclusivamente de desejos, mas da situação do comércio mundial", assinala o empresário.

Para Bornhaussen, a maxidesvalorização somente acertará seu alvo se as expectativas econômicas com ela buscada forem cumpridas; caso isto não ocorra, ela terá sido inócuado ponto de vista externo, mas com um agravante do lado de dentro do País: um incentivo à inflação surgirá. Contatos que manteve com alguns empresários indicam-lhe que a maxidesvalorização já começa a produzir seus primeiros frutos em termos externos. As exportações foram relativamente reativadas. Mais cauteloso, ele lembra que ainda é cedo para estimativa.

O empresário considera que em termos de comércio exterior algumas vantagens começam a aparecer: uma queda no preço do petróleo, os acertos financeiros externos e uma ligeira queda nas taxas de juros internacionais: Libor e Prime-Rate. Ele aponta também os sintomas positivos que se registram na economia norte-americana, "motor da economia mundial", que, certamente, produzirá efeitos aceleradores na economia ocidental. "No Brasil, haverá efeitos diretos, bilaterais, como a reativação das compras ou indiretos, na compra de produtos brasileiros por outros países, também incentivados pela economia americana.

TABELAMENTO DOS JUROS

"O tabelamento dos juros é uma medida ineficaz. Ela procura disfarçar uma realidade de mercado, que somente as leis do mercado podem dizer que caminhos tomarão. O tabelamento dos juros apenas disfarçam, não modificam a realidade dos custos", aponta o banqueiro.

Bornhausen crê que os juros têm suas taxas determinadas por leis de mercado, basicamente a oferta e demanda, que não podem ser revogadas artificialmente. Em seu modo de entender, se o custo do dinheiro está alto, não será o tabelamento que o reduzirá.